

RELATÓRIO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

TRE - AMAPÁ | 2024



COMISSÃO DE
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO

TRE | AMAPÁ



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
JUSTIÇA ELEITORAL DO AMAPÁ



Marcella Peixoto Smith, Juíza Eleitoral

Presidente

Militão Pereira Sousa, Técnico Judiciário, representante

da Acessibilidade e Inclusão

Secretário Executivo

Antônio Jamerson Mendes da Rocha Cortes, Analista

Judiciário

Representante da Secretaria de Gestão de Pessoas

Helder da Costa Andrade, Técnico Judiciário

Representante da Secretaria de Tecnologia da Informação

Adson Cardoso Monteiro, Analista Judiciário

Representante do Setor de Engenharia e Arquitetura

Alessandra Gusmão Trajano de Araújo, Analista Judiciário

Representante do Laboratório de Inovação

Francisco das Chagas Serafim Sousa, Analista Judiciário

Representante das Zonas Eleitorais

Patrick Dayan Guimarães Pinto, Analista Judiciário

Representante da Assessoria de Planejamento,

Gestão, Inovação e Sustentabilidade

Leonardo Piovesano da Luz, Técnico Judiciário

Representante do Núcleo de Sustentabilidade



**TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO AMAPÁ**

JUSTIÇA ELEITORAL DO AMAPÁ

Sumário

Apresentação **05**

Eleitorado com deficiência e
acima dos 60 anos **06**

Gestão de Acessibilidade e
Inclusão **07**

Acessibilidade em Serviços **08**

Cursos e vagas oferecidas **10**

Cursos em libras

Capacitação de estores

Capacitação de unidades específicas **11**

Ações de sensibilização e promoção da
inclusão

Contratos e atendimentos ao público
externo

Lista de cursos e palestras
realizadas **12**

Eventos, palestras e projetos **13**

Nomeação da atleta
paraolímpica Wana Brito **15**

Inclusão de mesários com
deficiência nas eleições de
2024 **17**

Sumário

Atendimento domiciliar para
eleitores com deficiência

20

Implantação dos
coordenadores(as) de
acessibilidade nos locais de
votação nas eleições de 2024
Acessibilidade em Serviços

23

Projeto: inclusão de pessoas
com deficiência como mesários
nas eleições de 2024

27

Acessibilidade Comunicacional: **31**

Intérpretes de libras cadastro eleitoral **32**

Tradutores indígenas para atendimento **36**

Acessibilidade tecnológica **40**

Recursos de Acessibilidade Digital **41**

Portal da Transparência **42**

Acessibilidade arquitetônica: **44**

Parcerias **45**

Promoção de Acessibilidade **48**

Conclusão **50**

Apresentação



Apresentamos o Relatório de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP), referente ao exercício de 2024. Este documento reafirma o compromisso do Tribunal em garantir um ambiente cada vez mais acessível e inclusivo, assegurando igualdade de condições e oportunidades para todas as pessoas, especialmente aquelas com deficiência.

Ao longo do ano de 2024, diversas iniciativas foram implementadas para ampliar a acessibilidade e fortalecer a inclusão nos serviços eleitorais, promovendo a eliminação de barreiras e a democratização do acesso à Justiça Eleitoral.

Conforme estabelecido no art. 23, VII, da Resolução CNJ nº 401/2021, a unidade de Acessibilidade e Inclusão tem a responsabilidade de elaborar um relatório anual sobre as ações desenvolvidas nessa temática. Dessa forma, a Comissão de Acessibilidade e Inclusão (CAI) em conjunto com a Assessoria de Planejamento, Gestão, Inovação e Sustentabilidade (ASPLAN) e o Núcleo de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão (NSAI) do TRE-AP, foram promovidas diversas ações ao longo de 2024, as quais são detalhadas neste relatório.





Eleitorado com deficiência e acima de 60 anos

No Amapá, segundo dados de estatística da Justiça Eleitoral, as eleitoras e eleitores com deficiência, acima de 60 anos ou mobilidade reduzida estão distribuídas da seguinte forma:

ELEITORADO POR TIPO DE DEFICIÊNCIA	QUANTIDADE
Deficiência visual	1.405
Deficiência auditiva	670
Outras deficiências	2.848
Idosos (acima de 60 anos)	78.212
Total	83.135



Gestão de Acessibilidade e Inclusão

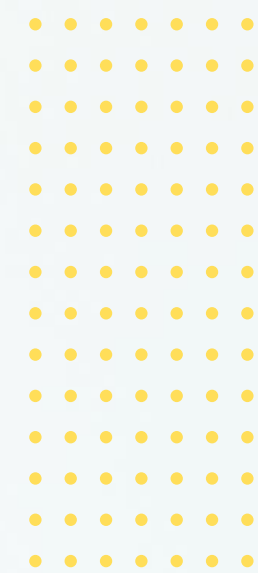
A Política de Gestão da Acessibilidade e Inclusão do TER-AP é orientada por diretrizes claras e fundamentadas na Resolução CNJ nº 401/2021. Em 2024, foram adotadas medidas para assegurar um ambiente mais acessível, com aprimoramento da infraestrutura física, digital e comunicacional, além da contínua de magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as).

O Tribunal também consolidou parcerias estratégicas para impulsionar políticas inclusivas e promover a igualdade de oportunidades no acesso aos serviços eleitorais e institucionais.

Dessa forma, a acessibilidade é incorporada como um valor central na cultura organizacional, refletindo-se nas políticas institucionais, nos processos de trabalho e na prestação jurisdicional.

Apresentamos abaixo a distribuição de pessoas com deficiência (PcD) nas diferentes categorias de profissionais do TRE-AP:

Categoria	Quantidade
Magistrados(as) com deficiência	1
Servidores(as) com deficiência	5
Servidores(as) comissionados com deficiência	1
Servidores(as) com função comissionada com deficiência	3
Estagiários(as) com deficiência	1
Trabalhadores terceirizados(as) com deficiência	1



INÍCIO





Acessibilidade em Serviços

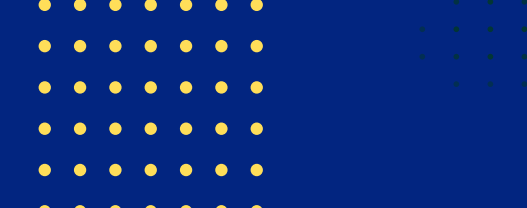
O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) tem intensificado seus esforços para garantir que seus serviços sejam plenamente acessíveis a todas as pessoas, especialmente àquelas com deficiência. Em 2024, foram promovidas diversas iniciativas para facilitar o acesso e oferecer suporte contínuo, reforçando o compromisso institucional com a inclusão.

Ao longo do ano, o TRE-AP avançou significativamente na capacitação de servidores(as) e colaboradores(as) em acessibilidade e inclusão. Foram realizados treinamentos específicos para ampliar a compreensão sobre o tema, fortalecendo a cultura organizacional inclusiva. No total, 04 (quatro) servidores(as) com deficiência e 86 (oitenta e seis) servidores(as) sem deficiência foram capacitados, demonstrando o compromisso do Tribunal com a formação contínua e especializada de sua equipe.

Além disso, foram oferecidos 04 (quatro) cursos específicos na temática de acessibilidade e inclusão, ampliando significativamente as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para todos(as) os(as) colaboradores(as).

A capacitação em Libras também foi um destaque, com 23 (vinte e três) servidores(as) do quadro efetivo e 08 (oito) colaboradores(as) do quadro auxiliar treinados, aumentando a capacidade do Tribunal de se comunicar efetivamente com a comunidade surda.





Os gestores do TRE-AP também foram foco de capacitação, com 17 (dezesete) dos 22 (vinte e dois) gestores treinados em acessibilidade e inclusão, resultando em uma proporção de 77,27% de gestores capacitados, fortalecendo a liderança inclusiva e consciente dentro do Tribunal.

Além dos treinamentos, ações de sensibilização e promoção da inclusão foram realizadas 20 (vinte) vezes ao longo do ano, promovendo mudanças de atitude e incentivando uma cultura organizacional mais acessível.

Por fim, a atenção ao atendimento ao público externo foi reforçada pela existência de contratos específicos que garantem a presença de profissionais aptos à comunicação em Libras, assegurando que o serviço prestado pelo TRE-AP seja acessível a todas as pessoas, além de ações para atendimento inclusivo dos povos originários.

A seguir, apresentamos os dados detalhados das ações de acessibilidade realizadas ao longo do ano de 2024

Capacitação de Servidores:

INDICADOR	QUANTIDADE
servidores(as) com deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão.	4
servidores(as) sem deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão.	86



INÍCIO



Cursos e Vagas Oferecidas

INDICADOR	QUANTIDADE
Cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência.	4
Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência.	sem limite de vaga

Cursos em Libras

INDICADOR	QUANTIDADE
Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitado em Libras.	23
Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitado em Libras.	8

Capacitação de Gestores:

INDICADOR	QUANTIDADE
Quantidade total de gestores(as).	22
Quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão.	17
Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão.	77,27%



INÍCIO



Capacitação de Unidades Específicas:

INDICADOR	QUANTIDADE
Servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.	0
Servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.	7
Servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.	2

Ações de Sensibilização e Promoção da Inclusão

INDICADOR	QUANTIDADE
Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças de atitude que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.	11
Quantidade de Ações de promoção da inclusão.	09

Contratos e Atendimento ao Público Externo

INDICADOR	QUANTIDADE
Quantidade total de contratos que envolvem atendimento ao público externo.	1
Quantidade de contratos que envolvem atendimento ao público externo fornecido por pessoas aptas na comunicação em Libras.	1
Proporção de contratos que envolvem atendimento ao público externo fornecido por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base.	100%



Lista de Cursos e Palestras

Realizadas



Libras

Curso realizado pela Escola Judiciária do TRE-AP, em consonância com a Resolução CNJ nº 400/2021.

Data: 11 a 12/04/2024
Carga horária: 20h

Público alvo: Magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as)

Quantidade de pessoas capacitadas:
31 pessoas

Linguagem Simples: Oficina sobre Linguagem Simples

Curso realizado pela Escola Judiciária do TRE-AP, em consonância com a Resolução CNJ nº 400/2021.

Data: 03 a 04/07/2024
Carga horária: 20h

Público alvo: Magistrados(as) e servidores(as)

Quantidade de pessoas capacitadas:
850 pessoas

1.Acessibilidade digital (eMAG Desenvolvedor)

Curso realizado pela Escola Judiciária do TRE-AP, em consonância com a Resolução CNJ nº 400/2021

Data: 19 a 20/05/2024
Carga horária: 20h

Público alvo: Servidores(as) da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e Colaboradores(as) Assessoria de Comunicação (ASCOM)

Quantidade de pessoas capacitadas:
capacitadas: 7 pessoas

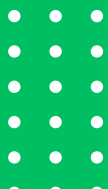
Acessibilidade em espaços públicos

Curso realizado pela Escola Judiciária do TRE-AP, em consonância com a Resolução CNJ nº 400/2021.

Data: 18 a 20/11/2024
Carga horária: 20h

Público alvo: Servidores(as) da Seção de Obras e manutenção de Imóveis (SOMI)

Quantidade de pessoas capacitadas:
2 pessoas



Eventos, Palestras e Projetos

▶ CIDADANIA E PESQUISA: ENCONTROS ITINERANTES ELEIÇÕES 2024.

Data: 10 de maio de 2024.

Descrição: O encontro debateu questões relevantes de cidadania, por meio de palestras sobre as temáticas de diversidade e inclusão ocorridas no turno da manhã. No turno da tarde, aconteceram dois eventos paralelos:

- ✓ Exposições dialogadas dos(os) integrantes dos grupos de pesquisa ligados às temáticas do evento;
- ✓ Oficina de elaboração de diretrizes nacionais para ações de cidadania no âmbito da Justiça Eleitoral.
A programação definiu as diretrizes para inclusão de pessoas com deficiência e de outros grupos minorizados.



INÍCIO






Desafios enfrentados:

- ✓ Necessidade de adaptar os formatos das exposições e palestras para garantir a compreensão por diferentes perfis de participantes;
- ✓ Tempo reduzido para a construção coletiva das diretrizes, demandando otimização na metodologia de trabalho.

Principais resultados:

- ✓ Definição de diretrizes nacionais para a inclusão de pessoas com deficiência e outros grupos minorizados no âmbito da Justiça Eleitoral;
 - ✓ Fortalecimento da articulação entre pesquisadores(as) e instituições para a promoção de ações de cidadania e inclusão no processo eleitoral;
 - ✓ Ampliação da consciência institucional sobre diversidade e acessibilidade, incentivando a adoção de práticas mais inclusivas no atendimento ao público e na comunicação do TRE-AP;
 - ✓ Produção de um documento-base com propostas concretas para implementação de políticas mais inclusivas na Justiça Eleitoral, com encaminhamentos definidos para novas ações.
- 





Nomeação da atleta paraolímpica Wanna Brito como embaixadora da acessibilidade e inclusão do TRE-AP

Descrição:

Durante a 20ª Sessão Administrativa do TRE-AP, o pleno do Tribunal aprovou por unanimidade a nomeação da atleta paraolímpica Wanna Brito como Embaixadora da Acessibilidade e Inclusão. A iniciativa reforça o compromisso institucional com a inclusão, além de inspirar pessoas com deficiência a se envolverem ativamente no processo eleitoral e na vida pública.

Wanna Brito, que conquistou a medalha de prata no arremesso de peso, classe F-32, nas Paraolimpíadas de Paris, já é um nome de destaque no cenário esportivo internacional. Sua trajetória vitoriosa e seu engajamento com causas inclusivas a tornam um símbolo de superação e representatividade para pessoas com deficiência.

Como Embaixadora da Acessibilidade e Inclusão, Wanna Brito terá o papel de representar a Justiça Eleitoral em eventos, campanhas e iniciativas voltadas à inclusão, promovendo ações que tornem as eleições mais acessíveis.



INÍCIO

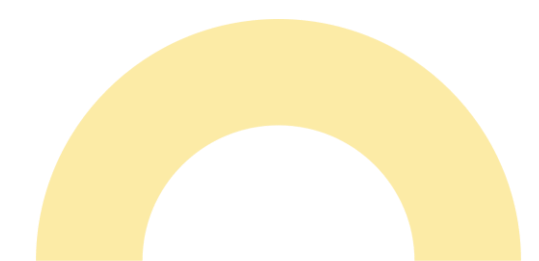


Desafios enfrentados:

- ✓ Engajar o público-alvo, especialmente pessoas com deficiência, para ampliar a participação cidadã e eleitoral;
- ✓ Promover ações contínuas que fortaleçam a atuação da Embaixadora e garantam impacto duradouro na comunidade;
- ✓ Garantir que as ações desenvolvidas com o apoio da Embaixadora tenham continuidade e impactos duradouros na inclusão eleitoral;
- ✓ Superar barreiras de comunicação e acessibilidade digital para garantir que as mensagens da Embaixadora alcancem o maior número possível de pessoas.

Principais resultados:

- ✓ Nomeação de uma referência internacional do esporte como representante da acessibilidade no TRE-AP, promovendo maior visibilidade às ações inclusivas;
- ✓ Sensibilização do público e fortalecimento do compromisso do TRE-AP com políticas de acessibilidade e inclusão;
- ✓ Maior engajamento social por meio da participação ativa de uma figura pública que inspira outras pessoas com deficiência;
- ✓ Criação de uma referência institucional para incentivar boas práticas de inclusão no âmbito eleitoral e na sociedade em geral;
- ✓ Promoção do esporte e da cidadania como meios de inclusão social, incentivando a representatividade e a igualdade de oportunidades.



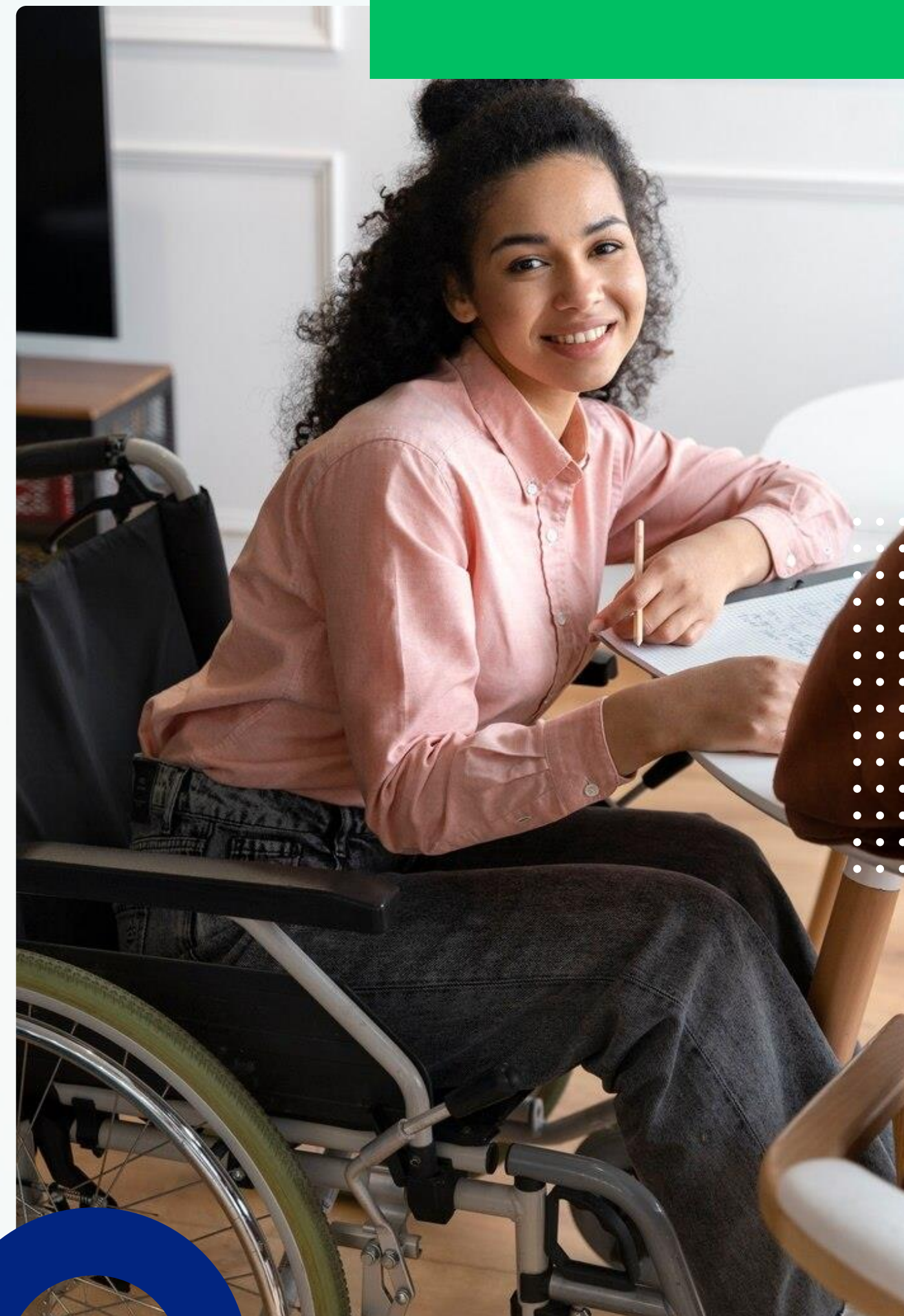
Inclusão de mesários com deficiência nas eleições de 2024

Descrição

A inclusão de pessoas com deficiência no processo eleitoral foi uma das prioridades da Justiça Eleitoral do Amapá em 2024, promovendo acessibilidade e igualdade de oportunidades. Para fortalecer essa iniciativa, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) lançou o projeto "Inclusão de Pessoas com Deficiência como Mesárias e Mesários nas Eleições de 2024", incentivando a participação de pessoas com deficiência como mesários voluntários.

Além do projeto, o TRE-AP lançou a campanha “Fortalecendo a Democracia: #MesárioInclusivo”, com o objetivo de divulgar amplamente a iniciativa e engajar mais voluntários(as) com deficiência na função de mesário(a). A campanha buscou sensibilizar a sociedade sobre a importância da diversidade e inclusão na atuação eleitoral, garantindo que as eleições fossem mais representativas e acessíveis.

Os(as) interessados(as) puderam se inscrever como mesários(as) voluntários(as) pelo site oficial do TRE-AP, pelo aplicativo e-Título ou presencialmente nos cartórios eleitorais. No formulário de inscrição, havia um campo específico para que os(as) voluntários(as) informassem suas deficiências, permitindo que a Justiça Eleitoral conhecesse suas necessidades e garantisse condições adequadas para o exercício da função.



INÍCIO



Ações realizadas:

- ✓ Lançamento do Projeto "Inclusão de Pessoas com Deficiência como Mesárias e Mesários", ampliando a participação desse público no processo eleitoral;
- ✓ Criação da campanha #MesárioInclusivo, com divulgação em redes sociais, site institucional e outros meios de comunicação;
- ✓ Disponibilização de um formulário de inscrição acessível, garantindo que os(as) interessados(as) pudessem informar suas necessidades e receber suporte adequado;
- ✓ Sensibilização de equipes dos cartórios eleitorais para garantir um atendimento qualificado e acessível aos(as) mesários(as) com deficiência;
- ✓ Capacitação específica para os(as) mesários(as) com deficiência, garantindo que todos(as) pudessem exercer suas funções com autonomia e segurança



INÍCIO



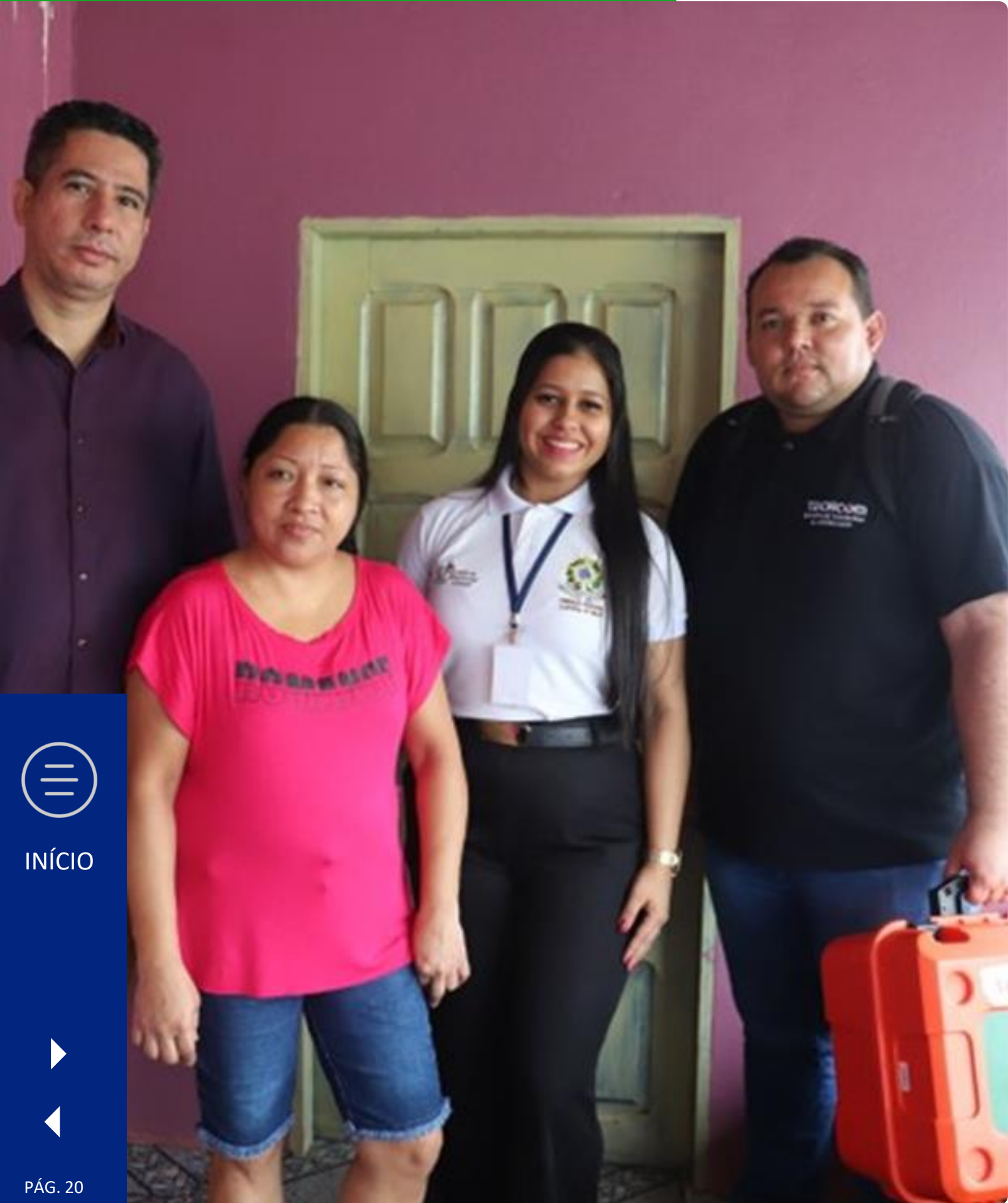
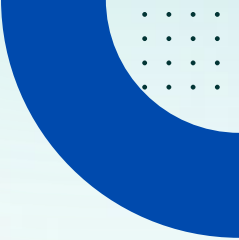
Desafios enfrentados:

- ✓ Baixa adesão inicial de pessoas com deficiência ao programa, exigindo maior esforço na divulgação e mobilização;
- ✓ Necessidade de adaptações individuais para garantir que mesários(as) com diferentes tipos de deficiência pudessem atuar sem barreiras;
- ✓ Capacitação das equipes dos cartórios para assegurar um suporte adequado às necessidades dos(as) mesários(as) com deficiência;
- ✓ Desafios logísticos para viabilizar acessibilidade nos locais de votação onde os(as) mesários(as) atuaram;



INÍCIO





Atendimento domiciliar para eleitores(as) com deficiência

Descrição:

Atendimento domiciliar para eleitores com deficiência e mobilidade reduzida foi uma ação promovida pela Justiça Eleitoral do Amapá para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, pudessem exercer seu direito ao voto e regularizar sua situação eleitoral.

A iniciativa permitiu que eleitores(as) que não podem comparecer aos cartórios eleitorais devido a limitações de locomoção recebessem atendimento diretamente em suas residências. Um exemplo emblemático dessa ação foi o caso de uma eleitora de 26 anos, com paralisia cerebral e acamada, no município de Santana, cuja família entrou em contato com o Cartório Eleitoral da 6ª Zona para solicitar o serviço.



Ações realizadas:

- ✓ Agendamento prévio do atendimento domiciliar via cartório eleitoral, permitindo organização logística eficiente;
- ✓ Deslocamento de equipe especializada para realizar a coleta biométrica e o cadastro eleitoral na residência do eleitor;
- ✓ Uso de equipamentos portáteis, garantindo que o procedimento fosse feito com segurança e agilidade;
- ✓ Atendimento humanizado, minimizando transtornos para o eleitor e sua família;
Divulgação da iniciativa para incentivar que mais eleitores(as) que necessitam do serviço solicitem o atendimento domiciliar.

Desafios enfrentados:

- ✓ Garantia de infraestrutura móvel adequada, incluindo acesso remoto aos sistemas da Justiça Eleitoral para a finalização do cadastro;
- ✓ Identificação e divulgação do serviço para o público-alvo, ampliando o alcance da ação e garantindo que mais eleitores saibam dessa possibilidade;
- ✓ Capacitação contínua das equipes eleitorais, garantindo que os servidores estejam preparados para um atendimento inclusivo e humanizado;
- ✓ Atenção ao prazo final para regularização eleitoral, exigindo otimização do tempo para atender todas as solicitações dentro do calendário eleitoral;
- ✓ Expansão do serviço para mais localidades, garantindo que eleitores(as) em regiões de difícil acesso também possam ser beneficiados(as).



Principais resultados:

- ✓ Regularização eleitoral de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, garantindo acesso aos direitos políticos e sociais;
- ✓ Reforço da política de acessibilidade da Justiça Eleitoral, promovendo a inclusão de públicos historicamente subrepresentados;
- ✓ Aprimoramento das práticas de atendimento humanizado, fortalecendo o compromisso institucional com a igualdade de oportunidades;
- ✓ Maior visibilidade do serviço de atendimento domiciliar, ampliando o alcance da ação e permitindo que mais eleitores possam ser beneficiados;
- ✓ Melhoria na infraestrutura móvel da Justiça Eleitoral, facilitando a realização de atendimentos descentralizados e acessíveis.



INÍCIO

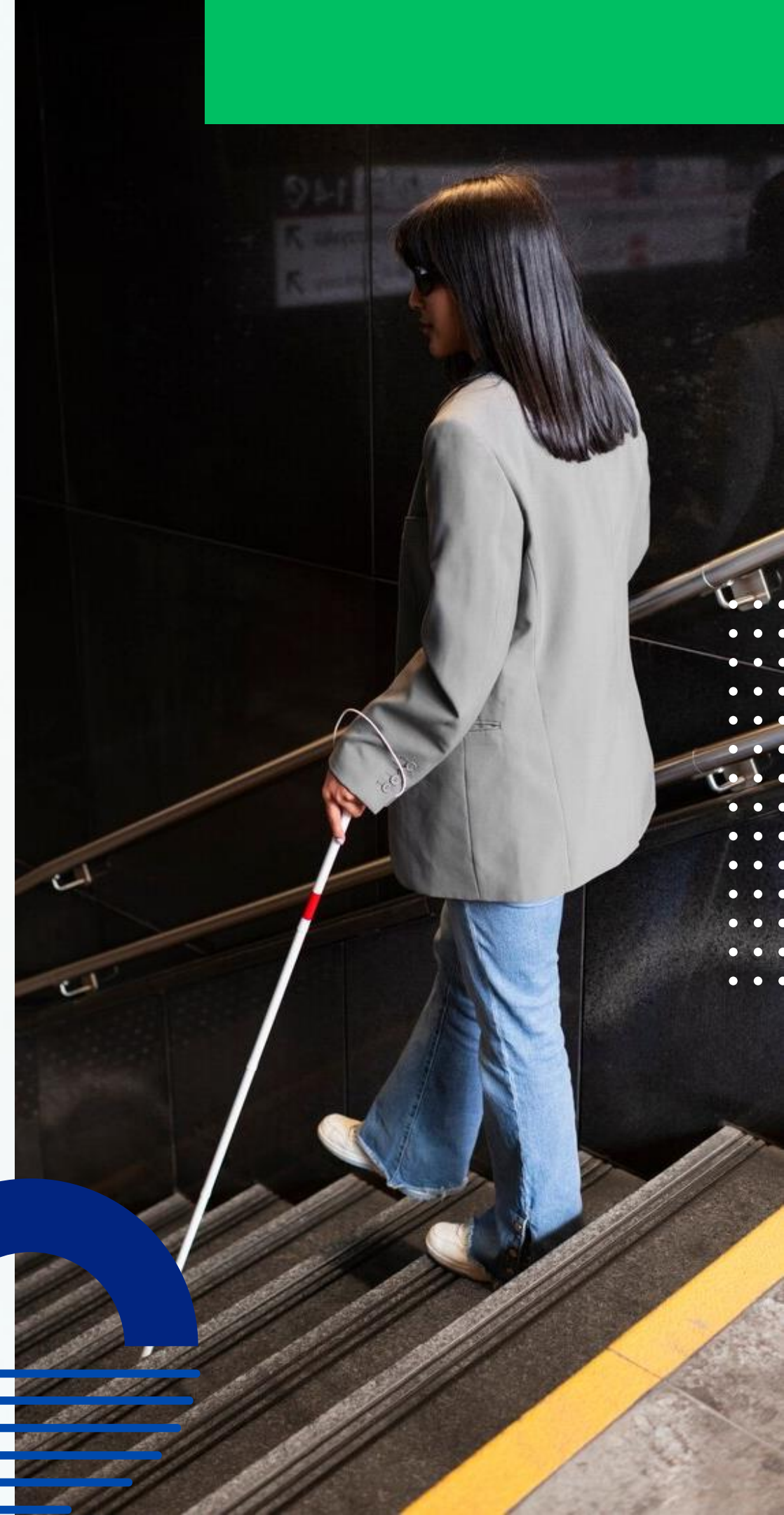


Implementação dos coordenadores(as) de acessibilidade nos locais de votação nas eleições 2024

Com o objetivo de promover um processo eleitoral mais inclusivo e acessível, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) implementou a presença de Coordenadores(as) de Acessibilidade em todos os locais de votação do estado no 1º turno das Eleições Municipais de 2024. Essa iniciativa visa auxiliar eleitores(as) com deficiência ou mobilidade reduzida durante o dia da votação, garantindo atendimento qualificado e suporte adequado.

Embora já adotada nas eleições anteriores, a presença dos(as) coordenadores(as) de acessibilidade foi expandida para todos os locais de votação, fortalecendo as políticas de inclusão e promovendo a acessibilidade eleitoral de maneira mais ampla e efetiva.

Os(as) coordenadores(as) passaram por treinamento específico para atender e orientar eleitores(as) com deficiência, verificando as condições de acessibilidade dos locais de votação e auxiliando na locomoção até as seções eleitorais. Além disso, eles foram responsáveis por auxiliar no preenchimento de formulários de atualização cadastral, permitindo que eleitores(as) que ainda não haviam registrado suas condições de deficiência pudessem fazê-lo no momento do voto, assegurando um atendimento mais adequado nas eleições futuras.



INÍCIO



Ações realizadas:

- ✓ Expansão da presença dos Coordenadores de Acessibilidade para todos os locais de votação do estado;
- ✓ Capacitação especializada dos coordenadores, garantindo atendimento humanizado e eficiente;
- ✓ Assistência direta a eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida para facilitar o acesso às seções eleitorais;
- ✓ Verificação das condições de acessibilidade dos locais de votação, promovendo adaptações e melhorias;
- ✓ Apoio no preenchimento de formulários de indicação de deficiência, permitindo que os dados sejam atualizados no cadastro eleitoral e resultem em um atendimento mais adequado nas próximas eleições.



INÍCIO



Desafios enfrentados:

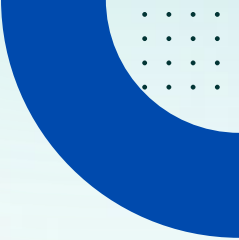
- ✓ Capacitação abrangente dos coordenadores, garantindo que todos estivessem preparados para diferentes tipos de atendimento;
- ✓ Identificação e eliminação de barreiras físicas nos locais de votação, exigindo ajustes estruturais e logísticos em curto prazo;
- ✓ Divulgação da função dos coordenadores de acessibilidade, para que os eleitores soubessem que poderiam solicitar ajuda no dia da votação;
- ✓ Garantia de autonomia dos eleitores, assegurando que a assistência prestada respeitasse a vontade e as necessidades individuais de cada pessoa com deficiência;
- ✓ Registro eficiente das atualizações cadastrais, otimizando o preenchimento dos formulários de inclusão de informações sobre deficiência.



Principais resultados:

- ✓ Atendimento acessível e humanizado para eleitores com deficiência e mobilidade reduzida em todos os locais de votação do estado;
- ✓ Aprimoramento do cadastro eleitoral, garantindo que mais eleitores informassem suas condições de deficiência para futuras adaptações no processo eleitoral;
- ✓ Sensibilização dos servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral, fortalecendo a cultura da acessibilidade e da inclusão;
- ✓ Redução de barreiras para a participação eleitoral de pessoas com deficiência, promovendo maior autonomia no exercício do voto;
- ✓ Modelo bem-sucedido de acessibilidade eleitoral, que poderá ser aprimorado e ampliado em pleitos futuros.





Projeto: inclusão de pessoas com deficiência como mesários nas eleições de 2024

Descrição:

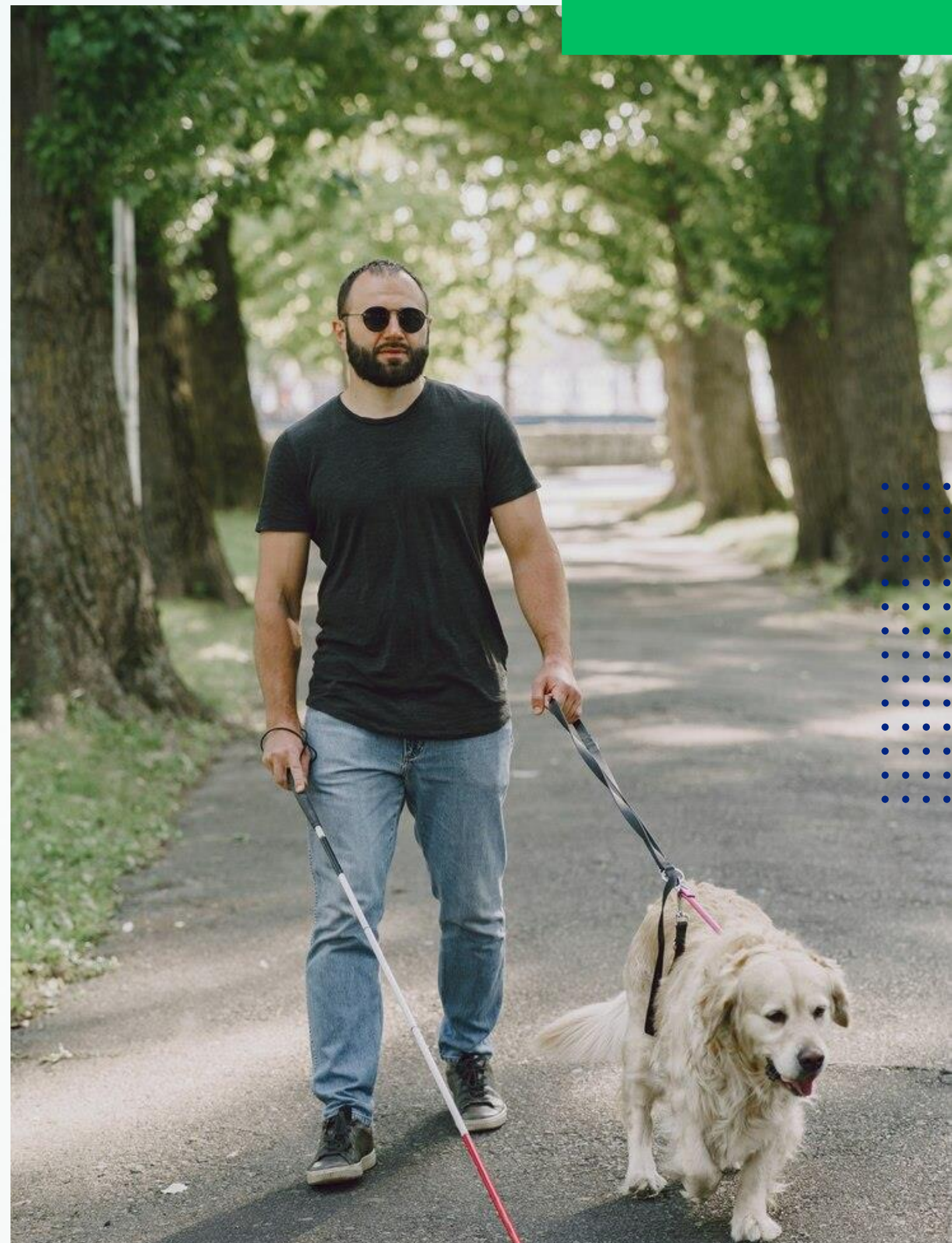
O Projeto Inclusão de Pessoas com Deficiência como Mesários(as) foi uma iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) para ampliar a representatividade e inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) no processo eleitoral.

Além disso, a iniciativa buscou capacitar PCDs para atuarem em diversas seções eleitorais do estado, garantindo acessibilidade e promovendo a diversidade na Justiça Eleitoral.



Ações realizadas:

- ✓ Identificação e convocação de eleitores(as) com deficiência aptos(as) a atuar como mesários(as);
- ✓ Treinamento especializado abordando os procedimentos eleitorais e as adaptações necessárias para garantir autonomia e conforto no desempenho da função;
- ✓ Lançamento de campanhas de conscientização, sensibilizando a sociedade e incentivando a participação de PCDs como mesários(as);
- ✓ Monitoramento da execução do projeto, avaliando a experiência dos mesários(as) e identificando melhorias para futuras eleições.



INÍCIO



Desafios enfrentados:

- ✓ Baixa adesão inicial de eleitores(as) com deficiência ao programa, exigindo ampliação das estratégias de divulgação e sensibilização;
- ✓ Necessidade de personalização da capacitação, considerando diferentes tipos de deficiência e as adaptações individuais necessárias;
- ✓ Garantia de infraestrutura adequada na seção de referência e nas demais seções eleitorais para assegurar acessibilidade plena;
- ✓ Quebra de barreiras culturais e preconceitos, demonstrando que PCDs podem atuar com eficiência na organização do pleito eleitoral;



INÍCIO



Principais resultados:

- ✓ Inclusão efetiva de pessoas com deficiência no quadro de mesários(as), reforçando o compromisso do TRE-AP com a diversidade;
- ✓ Maior visibilidade para a participação de PCDs no processo eleitoral, sensibilizando a sociedade e promovendo o debate sobre acessibilidade;
- ✓ Engajamento positivo dos mesários(as) com deficiência, reforçando sua autonomia e capacidade de atuar na organização eleitoral;
- ✓ Geração de dados e recomendações para aprimoramento da inclusão nas próximas eleições, garantindo a evolução contínua do projeto.



INÍCIO





Acessibilidade Comunicacional:

Em 2024, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) implementou diversas iniciativas para promover a acessibilidade comunicacional, garantindo que todas as informações e todos eventos fossem acessíveis a pessoas com deficiência.

EVENTOS E INICIATIVAS:

Intérpretes de Libras: Todos os eventos promovidos pelo TRE-AP contaram com a presença de intérpretes de Libras, garantindo que pessoas com deficiência auditiva possam participar plenamente das atividades.

Interpretes de libras, Legendas e audiodescrição: Eventos online e presenciais e vídeos institucionais são acompanhados de interpretes de libras, legendas e audiodescrição para facilitar a compreensão por parte de pessoas com deficiência auditiva e cognitiva.

INDICADOR	QUANTIDADE
Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade.	123
Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível.	456
A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência.	Sim: a) Ferramenta de acessibilidade do próprio sítio. b) servidores capacitados em libras. c) terceirizados contratados com conhecimento em libras.
Quantidade de eventos total, presenciais ou a distância.	15
Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional.	15
Proporção de eventos, presenciais ou a distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais.	100%



Intérpretes de libras cadastro eleitoral

Descrição:

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) reforçou sua política de acessibilidade no Cadastro Eleitoral de 2024, garantindo a presença de intérpretes de Libras nos cartórios eleitorais da capital e do interior. A iniciativa teve como objetivo eliminar barreiras de comunicação e assegurar que eleitores surdos ou com deficiência auditiva pudessem realizar seu atendimento de forma autônoma e eficiente.

A ação também incluiu um sistema de triagem prioritária, permitindo que eleitores(as) pertencentes a grupos prioritários – como pessoas com deficiência física, mobilidade reduzida, idosos(as), gestantes, lactantes e pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) – tivessem atendimento agilizado nos cartórios eleitorais.

O serviço foi amplamente utilizado por eleitores(as) surdos(as), garantindo a ampliação do acesso ao cadastro e regularização eleitoral sem dificuldades.



INÍCIO



Ações realizadas:

- ✓ Disponibilização de intérpretes de Libras nos cartórios eleitorais para auxiliar eleitores(as) surdos(as);
- ✓ Implementação de um sistema de triagem prioritária, garantindo atendimento mais rápido a pessoas com deficiência e outros grupos prioritários;
- ✓ Capacitação das equipes dos cartórios, assegurando um atendimento humanizado e inclusivo;
- ✓ Sensibilização sobre a importância da acessibilidade, promovendo um ambiente mais acolhedor e acessível para todos(as);
- ✓ Relatos positivos de eleitores(as) que tiveram um atendimento mais eficiente e sem barreiras.



INÍCIO



Desafios enfrentados:

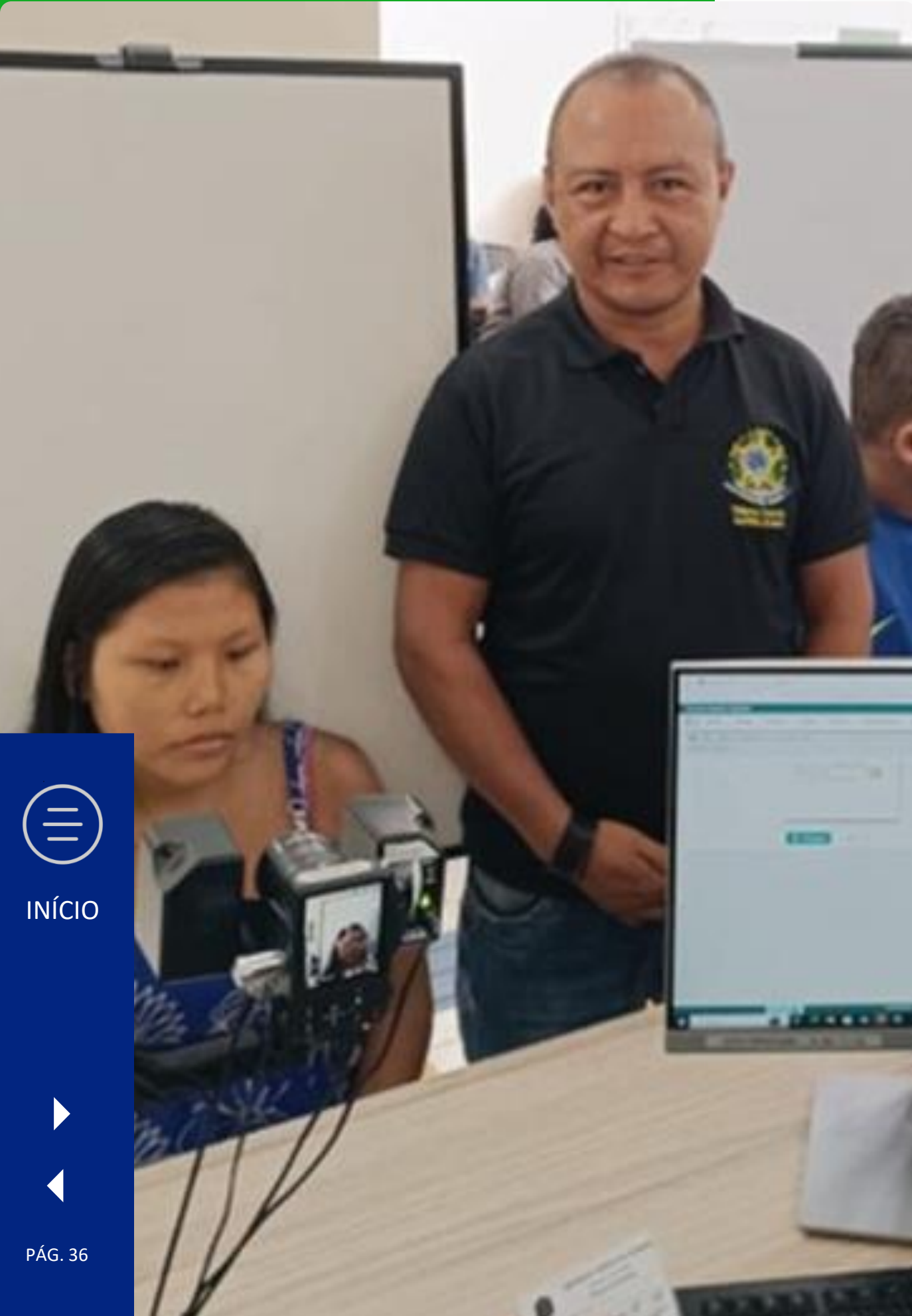
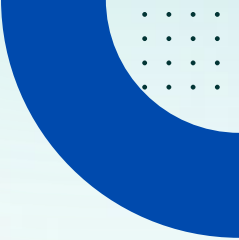
- ✓ Garantia de intérpretes de Libras suficientes para atender a demanda em diferentes cartórios simultaneamente;
- ✓ Divulgação da disponibilidade do serviço, para que mais eleitores(as) surdos(as) soubessem da possibilidade de solicitar o atendimento com intérprete;
- ✓ Adaptação da infraestrutura dos cartórios, assegurando que todas as unidades estivessem preparadas para atender eleitores(as) com deficiência auditiva e outras necessidades específicas;
- ✓ Treinamento contínuo dos(as) servidores(as) para melhorar a comunicação com o público-alvo, mesmo na ausência de intérpretes.



Principais resultados:

- ✓ Atendimento inclusivo e acessível a eleitores(as) surdos(as), garantindo que mais pessoas pudessem regularizar sua situação eleitoral sem barreiras de comunicação;
- ✓ Redução do tempo de espera e maior eficiência no atendimento de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, por meio do sistema de triagem prioritária;
- ✓ Fortalecimento do compromisso do TRE-AP com a acessibilidade, demonstrando a importância da inclusão no atendimento ao eleitor;
- ✓ Maior conscientização sobre a acessibilidade no ambiente eleitoral, tanto entre os(as) servidores(as) quanto entre os(as) próprios(as) eleitores(as);
- ✓ Modelo bem-sucedido que poderá ser replicado em futuros processos eleitorais, ampliando a acessibilidade nos serviços eleitorais.





Tradutores indígenas para atendimento

Pela primeira vez, a Justiça Eleitoral do Amapá implementou o uso de tradutores indígenas para facilitar o atendimento de eleitores(as) indígenas. A iniciativa atendeu a uma demanda levantada em audiências públicas realizadas nas aldeias, onde os próprios indígenas solicitaram medidas para reduzir as barreiras linguísticas no acesso à Justiça Eleitoral.

Para atender essa necessidade, a Justiça Eleitoral contou com tradutores das etnias Galibi Marworno e Waiãpi, garantindo que os eleitores tivessem pleno entendimento dos serviços oferecidos.



INÍCIO



Ações realizadas:

- ✓ Identificação da necessidade de atendimento bilíngue em audiências públicas realizadas nas aldeias indígenas;
- ✓ Contratação e capacitação de tradutores indígenas, garantindo um atendimento qualificado e respeitoso às comunidades;
- ✓ Disponibilização de tradutores da etnia Galibi Marworno no município de Oiapoque, possibilitando comunicação com outras etnias da região (Palikur, Karipuna e Kali'na);
- ✓ Disponibilização de tradutor indígena da língua Waiãpi em Pedra Branca do Amapari, atendendo a comunidade local;
- ✓ Atendimento prioritário e humanizado, garantindo que os(as) eleitores(as) indígenas tivessem seus direitos garantidos sem barreiras linguísticas.



Desafios enfrentados:

- ✓ Garantir tradutores capacitados para diferentes línguas indígenas, considerando a diversidade linguística da região;
- ✓ Ampliar a comunicação da iniciativa, para que mais eleitores(as) indígenas soubessem da disponibilidade do serviço e buscassem atendimento;
- ✓ Adaptação do atendimento nos cartórios eleitorais, garantindo que servidores(as) estivessem preparados para interagir de forma inclusiva e eficiente com os povos indígenas;



Principais resultados:

- ✓ Atendimento acessível e eficiente para eleitores(as) indígenas, reduzindo barreiras linguísticas e garantindo maior inclusão no processo eleitoral;
- ✓ Maior aproximação da Justiça Eleitoral com as comunidades indígenas, fortalecendo a confiança e o engajamento dos povos originários nas eleições;
- ✓ Sensibilização dos servidores e equipes dos cartórios eleitorais para a necessidade de atendimento bilíngue e respeitoso às tradições culturais indígenas;
- ✓ Modelo de atendimento pioneiro que poderá ser ampliado e replicado em futuras eleições, consolidando a inclusão dos povos indígenas na democracia;
- ✓ Aumento na regularização do cadastro eleitoral de indígenas, assegurando sua plena participação no processo eleitoral de 2024.



Acessibilidade tecnológica

Em 2024, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) avançou em suas iniciativas de acessibilidade tecnológica, garantindo que as tecnologias utilizadas no tribunal sejam acessíveis a todos, especialmente às pessoas com deficiência. A seguir, detalhamos as principais ações e indicadores relacionados à acessibilidade tecnológica:

Avaliação de acessibilidade nos sítios eletrônicos.

O TRE-AP, por meio da SEWEB, utiliza o Avaliador e Simulador de Acessibilidade nos Sítios (ASES) do Governo Eletrônico, para avaliar o portal na internet. Disponibilização do relatório de avaliação atualizado, do qual foram extraídos os



INÍCIO



Recursos de Acessibilidade Digital

Os sites da Justiça Eleitoral possuem a ferramenta Rybená, que permite a leitura em voz alta e a tradução para libras do texto de páginas e documentos, além de outras opções de acessibilidade, como: Links, Guia de leitura, Máscara de leitura, Dislexia, Espaçamento e Zoom.



INÍCIO



Portal da Transparência



O Portal da Transparência do TRE-AP continua sendo aprimorado para garantir uma experiência cada vez mais acessível e interativa para todos os usuários. Em 2024, o portal passou por ajustes para melhorar a organização e a navegabilidade, com foco contínuo na acessibilidade e transparência das informações.

Características do Novo Portal:

Interatividade Melhorada: O portal agora conta com uma interface gráfica mais amigável, que facilita a localização e o acesso às informações.

Facilidade de Navegação: Com ícones circulares bem definidos e rotulados, os usuários podem rapidamente encontrar as seções desejadas, como gestão, ouvidoria, licitações, e muito mais.

Descrição de Imagens: Todas as imagens no portal possuem descrições detalhadas, o que é essencial para a acessibilidade. Essas descrições permitem que usuários com deficiência visual utilizem leitores de tela para compreender o conteúdo visual do portal, garantindo que todas as informações estejam acessíveis a todas e todos, independentemente de suas habilidades visuais. Isso demonstra o compromisso do TRE-AP com a inclusão e a igualdade de acesso à informação.



INÍCIO






Descrição da imagem: Um retângulo com fundo turquesa texturizado contém um ícone no lado esquerdo e um texto no lado direito. O ícone representa uma pessoa estilizada segurando uma lupa, simbolizando análise ou investigação. No lado direito, o texto está escrito em letras brancas e em caixa alta: "TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS". Pequenos elementos gráficos circulares aparecem decorativamente ao redor do texto.

Esta área destina-se a aplicar as diretrizes fixadas pela **Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011, e pela **Resolução CNJ nº 215 de 2015**, reforçando o compromisso institucional de assegurar à sociedade a ampla transparência de informações referentes à sua atuação jurisdicional e administrativa.

Desse modo, o TRE/AP disponibiliza nos links abaixo as informações públicas produzidas pelo órgão, orientando àqueles que porventura não tenham sua necessidade atendida por esse canal que acessem a **página da Ouvidoria Eleitoral** deste Tribunal, por meio da qual poderão registrar pedido formal de acesso à informação.



GESTÃO



SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO



LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO




AUDITORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS



AUDIÊNCIA E SESSÕES



OUVIDORIA



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



GESTÃO DE PESSOAS



SUSTENTABILIDADE E ACESSILIDADE

Indicadores de Acessibilidade Tecnológica

INDICADOR	DESCRIÇÃO
O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	Sim
Ferramenta Utilizada.	https://asesweb.governoeletronico.gov.br/
Tecnologias Assistivas para Pessoas com Deficiência Visual.	a) Programa leitor de tela. b) aplicativos associados a programas sintetizadores de voz. c) ferramenta de contraste. d) programa de ampliação de tela.



Acessibilidade arquitetônica:

Em 2024, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) seguiu avançando em suas iniciativas para garantir a acessibilidade de suas instalações, com foco na inclusão de todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. A seguir, detalhamos as principais ações e indicadores relacionados à acessibilidade arquitetônica e urbanística:

Principais Iniciativas Realizadas

1. Instalação e reformas de rampas de acesso

- Descrição: Rampas instaladas e reformadas em todas as entradas dos cartórios eleitorais, garantindo acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

1. Adaptação de Elevadores

- Descrição: Todos os elevadores foram adaptados com sinalização tátil nos botões e sistema de áudio, facilitando o uso por pessoas com deficiência visual.

1. Adequação de Banheiros

- Descrição: Os banheiros foram adaptados e reformados com barras de apoio, espaço para manobras de cadeiras de rodas e pias acessíveis, garantindo a acessibilidade para todos os usuários.

1. Sinalização Tátil e Pisos Táteis

- Descrição: Implementação de sinalização tátil nos corredores e escadas, além de pisos táteis em áreas de circulação, para orientar pessoas com deficiência visual. Também foram realizadas reformas em diversos Cartórios Eleitorais.



INÍCIO





Parcerias

Em 2024, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) seguiu fortalecendo suas parcerias, com o objetivo de promover ações voltadas à acessibilidade e inclusão. Essas parcerias são essenciais para consolidar a implementação de políticas inclusivas e garantir que todas as cidadãs e todos os cidadãos, independentemente de suas condições, tenham pleno acesso aos serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral.

ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA LINGUAGEM SIMPLES NO JUDICIÁRIO

Descrição:

Com o objetivo de quebrar barreiras de comunicação e ampliar o acesso da população às informações do Judiciário, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) firmou um Acordo de Cooperação Técnica com diversas instituições para promover o uso da Linguagem Simples na comunicação oficial.



INÍCIO

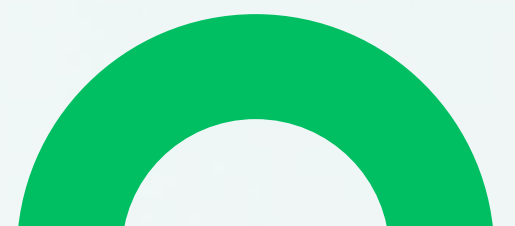


A assinatura do termo contorno com a participação do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), da Rádio Difusora do Estado e da Organização Bloco do Abel . As entidades envolvidas se comprometem a desenvolver protocolos para simplificar a linguagem em documentos oficiais, capacitar magistrados(as) e servidores(as) para utilizar a Linguagem Simples e fortalecer a comunicação acessível no Judiciário.

O acordo prevê ainda a divulgação de informações eleitorais de forma acessível pela Rádio Difusora, garantindo que o conteúdo sobre o processo eleitoral seja transmitido de maneira clara, objetiva e compreensível para toda a sociedade, incluindo pessoas com deficiência e outros grupos que enfrentam barreiras na comunicação tradicional.

Ações realizadas:

- Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, formalizando o compromisso das instituições com a Linguagem Simples;
- Capacitação de magistrados(as), servidores(as) e assessores(as) para aprimorar a edição de documentos e comunicados com linguagem acessível;
- Desenvolvimento de protocolos e diretrizes para simplificação da comunicação no Judiciário;
- Parceria com a Rádio Difusora do Estado, que passou a divulgar informações eleitorais utilizando a Linguagem Simples, facilitando o acesso da população às notícias da Justiça Eleitoral;
- Sensibilização da sociedade sobre a importância da acessibilidade na comunicação, destacando o impacto positivo da linguagem clara para pessoas com deficiência, pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) e cidadãos(as) em geral.



Desafios enfrentados:

- Superação da resistência à mudança, já que o uso da Linguagem Simples no Judiciário ainda enfrenta barreiras culturais e estruturais;
- Capacitação contínua para garantir que os(as) profissionais adotem a Linguagem Simples sem comprometer a precisão jurídica dos documentos;
- Monitoramento da aplicação do acordo, para garantir que os protocolos desenvolvidos sejam implementados de forma efetiva;
- Ampliação da adesão de outras instituições, garantindo que a maioria dos órgãos públicos adotem a linguagem acessível em suas comunicações;
- Adaptação de conteúdos técnicos e normativos, para que sejam compreendidos sem perder sua validade jurídica.

Principais resultados:

- Adoção oficial da Linguagem Simples como um compromisso da Justiça Eleitoral e do Judiciário do Amapá;
- Capacitação de magistrados(as) e servidores(as) , garantindo a aplicação da Linguagem Simples em documentos e serviços institucionais;
- Aprimoramento da comunicação eleitoral, facilitando o acesso da população às informações sobre o processo eleitoral;
- Inclusão de grupos vulneráveis na comunicação institucional, garantindo maior compreensão por parte de pessoas com deficiência, idosos(as) e cidadãos(as) com menor grau de escolaridade;
- Fortalecimento da transparência e acessibilidade no Judiciário, tornando as informações públicas mais acessíveis e compreensíveis para todos(as).





Promoção da acessibilidade: acordo com o condeap e ações implementadas em 2024

Em 2023, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) firmou um Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (CONDEAP), com o objetivo de ampliar a acessibilidade e melhorar o atendimento a candidatos(as) com deficiência. Esse acordo estabeleceu um canal de diálogo permanente entre a Justiça Eleitoral e a CONDEAP, possibilitando a implementação de ações concretas para remover barreiras e garantir maior inclusão no processo eleitoral.

Dando continuidade a essa parceria, em 2024, diversas ações foram negociadas com base no acordo firmado. Entre as principais iniciativas, destaque-se:

- ✓ Capacitação de servidores(as) e mesas(as) para atendimento acessível, garantindo um suporte adequado a eleições(as) com deficiência nos cartórios eleitorais e nos locais de votação;
- ✓ Realização de reuniões estratégicas entre a Comissão de Acessibilidade do TRE-AP e o CONDEAP, para avaliação e aprimoramento das medidas renovadas;



INÍCIO



- ✓ Atualização dos dados do Cadastro Eleitoral sobre eleições(as) com deficiência, facilitando o planejamento de ações específicas para esse público;
- ✓ Expansão do projeto "Votar sem Barreiras", oferecendo treinamento para que eleitores(as) com deficiência possam operar a urna eletrônica com autonomia;
- ✓ Fortalecimento da presença dos Coordenadores de Acessibilidade nos locais de votação , garantindo um suporte especializado para auxiliares eleições(as) com deficiência no dia da eleição;
- ✓ Desenvolvimento de campanhas educativas e informativas em parceria com o CONDEAP, incentivando os(as) candidatos(as) com deficiência a realizarem o alistamento e a atualização cadastral.
- ✓ O compromisso firmado entre o TRE-AP e o CONDEAP demonstra a importância das parcerias institucionais para a construção de um processo eleitoral mais acessível e inclusivo. As ações desenvolvidas fortaleceram o direito ao voto sem barreiras, promovendo maior equidade e participação de todos(as) os(as) cidadãos(ãs) no exercício da democracia.



Conclusão

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP), demonstrou, em 2024, um forte compromisso com a promoção da acessibilidade e inclusão, garantindo que todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de suas condições, possam exercer seus direitos eleitorais de forma plena e sem barreiras. As ações realizadas neste ano, como a adaptação dos espaços, a capacitação de servidores e servidoras, e a criação de projetos como a inclusão de mesários e mesárias com deficiência e o atendimento domiciliar, demonstram o esforço constante para tornar a Justiça Eleitoral amapaense mais acessível.

Além disso, as parcerias com instituições como o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (CONDEAP) e a implementação da Linguagem Simples no Judiciário ajudaram a superar barreiras de comunicação, tornando as informações mais claras e acessíveis a todos e todas. O TRE-AP também tem avançado em acessibilidade digital, oferecendo um ambiente online inclusivo.

O trabalho realizado em 2024 resultou em avanços importantes, permitindo que mais pessoas com deficiência e mobilidade reduzida participem ativamente das eleições. Porém, sabemos que a jornada por uma sociedade totalmente inclusiva e acessível é constante. O TRE-AP continuará a investir em melhorias, garantindo que a acessibilidade e a inclusão se tornem cada vez mais parte de sua cultura.

Com esses avanços, o TRE-AP ratifica seu compromisso com a democracia, assegurando que todos os cidadãos e cidadãs, sem exceção, possam exercer seu direito ao voto com dignidade, autonomia e respeito.



INÍCIO





Obrigado!



Telefone

55 (96) 98109-4083



Email

asplan@tre-ap.jus.br



**COMISSÃO DE
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO**

TRE | AMAPÁ

